



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ATA DA 19ª REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA NO DIA 3 DE JUNHO DE 2026, ÀS 14H30, NO PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se, no Plenarinho da Câmara Municipal de Votuporanga, os membros das Comissões Permanentes, vereadores, representante do Poder Executivo e servidores desta Casa de Leis, com a finalidade de deliberar acerca das matérias constantes da pauta. Dando início aos trabalhos, procedeu-se à análise das matérias constantes da pauta, iniciando-se pelas de autoria do Poder Legislativo. Na presença de convidados representantes da prática esportiva Airsoft, foi discutido o **Projeto de Lei nº 91/2026**, de autoria do Vereador Sargento Moreno, que dispõe sobre o incentivo, a regulamentação e o fomento à prática do Airsoft no âmbito do Município de Votuporanga e dá outras providências. O vereador proponente apresentou a justificativa da matéria e solicitou a reconsideração do entendimento contrário exarado pela Procuradoria Legislativa, argumentando divergência interpretativa, especialmente na condição de membro da Comissão de Justiça e Redação, destacando que diversos municípios já regulamentaram e reconhecem o Airsoft como prática esportiva, recreativa e educativa, além de se tratar de atividade já desenvolvida pela Secretaria Municipal de Esportes. Após considerações apresentadas pelos convidados acerca da dinâmica e organização da prática, restou acordado que o autor promoverá ajustes na redação da proposta, incluindo a instituição da “Semana do Airsoft”, a ser realizada na segunda semana do mês de dezembro, no calendário oficial do Município. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento da matéria à Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, permanecendo em aguardo das alterações anunciadas e, conseqüentemente, da emissão dos respectivos pareceres. Na sequência, foi discutido o **Projeto de Lei nº 106/2026**, de autoria da Vereadora Débora Romani, que institui a Campanha Municipal de Prevenção e Combate às Queimaduras e dá outras providências. A autora esclareceu que a proposta visa instituir campanha anual no âmbito do Município, a ser realizada na semana em que recair o dia 6 de junho, data instituída nacionalmente pela Lei Federal nº 12.026, de 9 de setembro de 2009, destacando que a iniciativa não se limita à reprodução da norma federal, mas busca complementá-la por meio da implementação de ações educativas e preventivas adaptadas à realidade local. Após a apresentação, a Procuradoria Legislativa sugeriu a supressão de alguns objetivos previstos no artigo 3º, a fim de evitar eventual veto do Chefe do Poder Executivo. Considerando tratar-se de matéria recente, deliberou-se por mantê-la em análise, aguardando novas discussões e eventual adequação por parte da autora ou mediante parecer da Comissão de Justiça e Redação. Ato contínuo, passou-se à análise das matérias de autoria do Poder Executivo. Na presença do Secretário Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil, Sr. Nilton Santiago, foram discutidos os **Projetos de Lei nºs 109, 110, 111, 112 e 113/2026**, todos dispendo sobre autorização para transferência, no exercício de 2026, de recursos financeiros provenientes de emendas parlamentares federais a entidades sem fins lucrativos, por meio de termo de colaboração, nos termos das Leis Federais nº 13.019/2014 e nº 4.320/1964. As propostas contemplam repasses, em parcela única, às seguintes entidades: Lar Beneficente Celina (R\$ 100.000,00); Lar São Vicente de Paulo de Votuporanga (R\$ 200.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 50.000,00); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R\$ 150.000,00); e ao Instituto de Deficiente Áudio Visual de Votuporanga – IDAV (R\$ 50.000,00). Não havendo óbices quanto às matérias, todas receberam parecer favorável ao prosseguimento de suas respectivas comissões. Na sequência, foi

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

apresentado o Projeto de Lei nº 116/2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros provenientes do Programa “Prêmio Excelência Educacional”, do Governo do Estado de São Paulo, às Associações de Pais e Mestres (APMs). O representante do Executivo esclareceu que a proposta visa formalizar o recebimento e a posterior transferência dos recursos. Considerando a necessidade de maior aprofundamento, a matéria permaneceu em análise. Posteriormente, foram apresentados os **Projetos de Lei nºs 118, 119 e 120/2026**, que tratam, respectivamente, da denominação do Centro de Educação Ambiental no Horto Florestal “Sérgio Ramalho Matta” e da instituição de programas municipais voltados à sustentabilidade ambiental, incentivo à reciclagem e monitoramento ambiental com uso de tecnologias. Diante da complexidade das matérias, sugeriu-se o convite ao Superintendente da SAEV Ambiental para participação na próxima reunião, a fim de prestar esclarecimentos técnicos que subsidiem a análise e deliberação. Na continuidade, o Diretor-Presidente do Votuprev, Sr. Aduino Mariola, acompanhado de sua equipe, realizou exposição acerca do **Projeto de Lei Complementar nº 9/2026**, que institui o plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Votuporanga, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 103/2019, estabelecendo regras permanentes e de transição para aposentadorias e pensões, bem como critérios de cálculo e reajuste dos benefícios. Durante a explanação, foram apresentados questionamentos pelos vereadores. O Vereador Sargento Moreno indagou sobre a necessidade de manutenção de regime próprio. O Sr. Aduino Mariola esclareceu que a referida emenda constitucional vedou a criação de novos regimes e destacou que o retorno ao regime geral não seria vantajoso aos servidores municipais. O vereador Sargento Moreno defendeu a busca pela resolução dos problemas locais. O Vereador Cabo Renato Abdala, com apoio da Vereadora Natiele Gama e demais parlamentares, sugeriu a realização de audiência pública, visando assegurar ampla participação dos servidores nas discussões. Também houve manifestação de servidor desta Casa, integrante do Conselho Deliberativo do Instituto, acerca da redução da alíquota suplementar de 11,33% para 3,71%, apontando possível impacto futuro aos servidores municipais. A equipe técnica do Votuprev esclareceu que os cálculos atuariais foram devidamente realizados, justificando a viabilidade da redução no momento atual. Diante da relevância e complexidade da matéria, deliberou-se por sua permanência em análise, aguardando novas discussões e a emissão dos pareceres competentes. Nada mais havendo a deliberar, eu, Larissa Marta Silva Cardoso, Secretária de Coordenação das Comissões Permanentes, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros das Comissões Permanentes e pelos demais vereadores presentes.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

